

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ
LUCAS PFEFFER

**AUMENTO DO USO DE ANSIOLÍTICOS APÓS A PANDEMIA - REVISÃO
DA LITERATURA**

CASCADEL
2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ
LUCAS PFEFFER

**AUMENTO DO USO DE ANSIOLÍTICOS APÓS A PANDEMIA - REVISÃO DA
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção da aprovação no Curso de
Farmácia do Centro Universitário Assis
Gurgacz.

Professor (a) Orientador (a):
Prof. M^a Maria Izabel Pereira

CASCADEL
2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ
LUCAS PFEFFER

**AUMENTO DO USO DE ANSIOLÍTICOS APÓS A PANDEMIA - REVISÃO DA
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Farmácia, do Centro Universitário Assis Gurgacz, exigido como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Farmácia, sob orientação da Prof.^a. Maria Izabel Pereira, tendo sido _____ com a nota _____, na data de ____/____/2024.

BANCA EXAMINADORA

Maria Izabel Pereira
Fundação Assis Gurgacz
Titulação

Nome do (a) Professor (a) avaliador (a)
Fundação Assis Gurgacz
Titulação

Nome do (a) Professor (a) avaliador (a)
Fundação Assis Gurgacz
Titulação

Cascavel, PR ____ de ____ de 2024.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	8
1.1.1 Objetivo Geral	8
1.1.2 Objetivos Específicos	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 ISOLAMENTO SOCIAL E COVID-19	9
2.2 TRANSTORNO DE ANSIEDADE	10
2.3 TRANSTORNOS MENTAIS E USO DE MEDICAMENTOS	11
3 MATERIAIS E MÉTODOS	13
4 RESULTADOS	14
5 DISCUSSÃO	18
5.1 ISOLAMENTO SOCIAL E USO DE MEDICAMENTOS ANSIOLÍTICOS	18
6 CONCLUSÃO	22
7 NORMAS DO ARTIGO	24
8 REFERÊNCIAS	24
9 RELATÓRIO DOCXWEB	28

RESUMO

Introdução: Os transtornos de ansiedade são importantes áreas de pesquisa devido à alta incidência que a ansiedade tem sido diagnosticada na população causando incapacidade temporária ou permanente. Investigações realizadas acerca da saúde psíquica dos residentes do Brasil durante o surto do COVID-19 apontam para um aumento nos diagnósticos de ansiedade, depressão e estresse. A deterioração do bem-estar mental foi influenciada por múltiplos fatores, entre eles a ausência de cerimônias fúnebres adequadas, a escalada do desemprego e o declínio na capacidade financeira, ampliando a tensão e a angústia entre os que necessitam de uma fonte de renda para prover o sustento de suas famílias. Esse cenário contribuiu significativamente para o aumento do uso de ansiolíticos, conforme muitos indivíduos recorreram a esses medicamentos como uma forma de alívio imediato para os sintomas de ansiedade e estresse exacerbados pela pandemia, reforçando a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada para o tratamento da saúde mental no contexto atual. **Objetivos:** Analisar o aumento do uso de ansiolíticos após a pandemia de COVID-19 e suas implicações para a saúde pública. **Metodologia:** o estudo em questão se estrutura em uma revisão bibliográfica, buscando compilar e analisar as informações já disponíveis sobre o tema. Ademais, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, com o objetivo de mapear o conhecimento existente sobre o tema e delinear suas nuances. Foram utilizadas as plataformas Scielo, Portal de Periódicos CAPES e Medline. O período utilizado foi de 2018 a 2023, com textos disponíveis integralmente, na internet, em língua portuguesa. **Resultados:** Os resultados indicam um aumento significativo no uso de ansiolíticos durante e após a pandemia de COVID-19, especialmente entre grupos mais vulneráveis, como idosos e pessoas com condições de saúde preexistentes. O uso de medicamentos como o Alprazolam cresceu 35% em 2020, refletindo a intensificação da ansiedade na população. **Conclusão:** A pandemia expôs a fragilidade dos sistemas de saúde mental, evidenciando a necessidade de políticas públicas que combinem tratamento farmacológico com suporte contínuo. Pesquisas futuras são essenciais para monitorar os efeitos a longo prazo do uso de ansiolíticos no período pós-pandêmico.

Palavras-chave: Transtorno de ansiedade; Pandemia; COVID-19; Uso de ansiolíticos.

ABSTRACT

Introduction: Anxiety disorders are significant areas of research due to the high incidence of anxiety being diagnosed in the population, leading to temporary or permanent disability. Investigations conducted on the mental health of Brazilian residents during the COVID-19 outbreak indicate an increase in diagnoses of anxiety, depression, and stress. The deterioration of mental well-being was influenced by multiple factors, including the absence of proper funeral ceremonies, the escalation of unemployment, and the decline in financial capacity, which heightened tension and anguish among those needing a source of income to support their families. This scenario significantly contributed to the increase in the use of anxiolytics, as many individuals resorted to these medications as a form of immediate relief for the symptoms of anxiety and stress exacerbated by the pandemic, highlighting the need for a broader and more integrated approach to mental health treatment in the current context. **Objectives:** To analyze the increase in the use of anxiolytics after the COVID-19 pandemic and its implications for public health. **Methodology:** This study is structured as a literature review, aiming to compile and analyze existing information on the topic. Additionally, the research is exploratory and descriptive, with the objective of mapping existing knowledge on the subject and outlining its nuances. The platforms Scielo, Portal de Periódicos CAPES, and Medline were used. The period considered was from 2018 to 2023, with texts fully available online, in Portuguese. **Results:** The results indicate a significant increase in the use of anxiolytics during and after the COVID-19 pandemic, especially among more vulnerable groups, such as the elderly and people with pre-existing health conditions. The use of medications like Alprazolam increased by 35% in 2020, reflecting the intensification of anxiety in the population. **Conclusion:** The pandemic exposed the fragility of mental health systems, highlighting the need for public policies that combine pharmacological treatment with continuous support. Future research is essential to monitor the long-term effects of anxiolytic use in the post-pandemic period.

Keywords: Anxiety disorder; Pandemic; COVID-19; Anxiolytic use.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios e mudanças drásticas na vida cotidiana, afetando de maneira significativa a saúde mental da população. O isolamento social, uma medida essencial para conter a propagação do vírus, gerou impactos profundos no bem-estar psicológico das pessoas, exacerbando transtornos como ansiedade, depressão e crises de pânico. Esses transtornos foram amplamente documentados durante a pandemia, com diversos estudos relatando um aumento significativo na incidência desses problemas de saúde mental (PEREIRA et al., 2020; ROLIM et al., 2020).

Dentro desse contexto, o uso de ansiolíticos, especialmente os benzodiazepínicos, destacou-se como uma das principais estratégias adotadas para o manejo dos sintomas de ansiedade e outros transtornos relacionados. Estudos como o de Brito e Abreu (2021) mostram que houve um crescimento preocupante no consumo de medicamentos como o Alprazolam, com a população recorrendo a esses fármacos como uma forma de lidar com o estresse e a incerteza do período pandêmico. O uso desses medicamentos, no entanto, levanta preocupações devido ao seu potencial de dependência e aos efeitos adversos associados ao uso prolongado (CAVALCANTI et al., 2023).

Este artigo se propõe a analisar o aumento no uso de ansiolíticos após a pandemia de COVID-19, com foco nos transtornos de ansiedade, que emergiram como um importante foco de pesquisa devido à sua alta incidência e impacto na capacidade funcional da população. Além disso, o estudo busca explorar as implicações a longo prazo do uso contínuo desses medicamentos, considerando os riscos de dependência e os possíveis efeitos adversos na saúde mental.

A relevância desta pesquisa se fundamenta na urgência de elucidar as consequências do crescimento no consumo de ansiolíticos para a saúde pública, tendo em vista o cenário atual caracterizado pelo isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. Compreender esses aspectos é crucial para orientar políticas de saúde e estratégias de intervenção que visem ao uso racional de ansiolíticos e à promoção do bem-estar mental durante e após o período pandêmico.

A investigação sobre o aumento do uso de ansiolíticos também se justifica pela necessidade de sensibilizar profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade em geral sobre a importância de abordagens integradas para o

tratamento de transtornos de ansiedade, que incluem suporte psicológico e medidas preventivas, além da farmacoterapia. Dessa forma, o estudo contribui para a construção de um panorama mais abrangente sobre os desafios enfrentados pela saúde mental no contexto da pandemia da COVID-19 e suas repercussões para a saúde pública (SCHMIDT et al., 2020; BARROS et al., 2020).

No contexto da pandemia da COVID-19, diversas alterações na vida cotidiana e no bem-estar psicológico foram observadas. Diante disso, este estudo busca responder como o isolamento social e as mudanças na rotina influenciaram o aumento no uso de ansiolíticos na população brasileira após a pandemia de COVID-19. Para tanto, são propostas duas hipóteses: a primeira sugere que o isolamento social, por meio do aumento da solidão e da falta de suporte social, contribuiu significativamente para o crescimento no uso de ansiolíticos pela população (Feter et al., 2021). A segunda hipótese sugere que o isolamento social, apesar de criar condições estressantes, não foi o principal fator para o aumento no uso de ansiolíticos, sendo este crescimento mais influenciado por outros fatores como predisposição individual e acesso aos serviços de saúde (JONES et al., 2021).

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o aumento do uso de ansiolíticos após a pandemia da COVID-19 e suas implicações para a saúde pública.

1.1.2 Objetivos Específicos

Investigar a relação entre o isolamento social provocado pela COVID-19 e o surgimento ou agravamento de transtornos de ansiedade na população, identificando as principais manifestações e impactos desses transtornos;

Analisar a incidência de transtornos mentais após a pandemia da COVID-19 e o papel dos ansiolíticos no tratamento dessas condições;

Avaliar o impacto do isolamento social na prescrição e uso de medicamentos ansiolíticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ISOLAMENTO SOCIAL E COVID-19

A grave síndrome respiratória aguda causada pelo coronavírus, conhecida como Covid-19 (SARSCoV-2), teve seu início registrado em Wuhan, China, em dezembro de 2019. Em um curto período, a doença disseminou-se globalmente, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar uma pandemia. Até novembro de 2022, foram contabilizados mais de 632 milhões de casos confirmados e aproximadamente 6,5 milhões de óbitos (WHO, 2022).

Diante da escalada de infecções, a OMS classificou o surto do novo coronavírus como uma emergência de saúde pública de interesse internacional (Strabell e Uip, 2020). Os sintomas clínicos da Covid-19 geralmente se manifestam cerca de uma semana após a exposição ao vírus, incluindo tosse, febre, congestão nasal e fadiga, com possibilidade de evolução para dificuldades respiratórias e complicações graves no sistema respiratório (VELAVAN; MEYER, 2020).

Para enfrentar a propagação do vírus, medidas preventivas foram estabelecidas, incluindo a higiene constante das mãos, a limpeza regular de objetos, superfícies e espaços compartilhados, a evitação de gestos de cumprimento que envolvem contato físico, como abraços, beijos e apertos de mãos, e, fundamentalmente, o isolamento e a quarentena de indivíduos que apresentam sintomas da doença (LIMA et al., 2020).

O isolamento social foi adotado como a primeira linha de defesa contra a disseminação do vírus, caracterizando-se pela separação voluntária ou obrigatória de pessoas do convívio social. O isolamento voluntário ocorre quando o indivíduo, por decisão própria, se distancia das interações sociais diárias, seja por questões pessoais ou por problemas de saúde mental. Por outro lado, o isolamento obrigatório é imposto devido a situações que representam um risco à vida, como uma pandemia ou conflito armado (FOGAÇA et al., 2021).

Essa medida preventiva também incluiu a restrição de aglomerações, estabelecendo uma distância mínima de um metro e meio entre as pessoas, o cancelamento de eventos, o fechamento temporário de instituições educacionais, academias, locais de entretenimento, entre outros. Além disso, a quarentena foi implementada para pessoas potencialmente infectadas, exigindo que

permanecessem isoladas em um cômodo específico da residência por um período de cerca de quatorze dias, que corresponde ao tempo de incubação do vírus, a fim de conter a propagação e facilitar a recuperação dos sintomas (PEREIRA et al., 2020).

2.2 TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Em algum estágio da vida, cerca de uma em cada quatro pessoas relata sofrer de ansiedade, que se manifesta principalmente na idade adulta. Transtornos de ansiedade são comuns entre os adultos, com taxas de prevalência variando entre 9% e 32%. A ansiedade é uma reação emocional comum a várias situações da vida. Quando patológica, um dos sintomas mais recorrentes nos consultórios médicos, é frequentemente subdiagnosticada (FEIJÓ, 1999). A ansiedade é definida como uma relação entre as pessoas e um ambiente ameaçador, bem como os processos neurofisiológicos resultantes dessas interações. Assim, a ansiedade está relacionada à ocorrência de situações aversivas com algum grau de incerteza ou dúvida, ou mesmo uma fragilidade do organismo (HILL et al., 2016).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), vários transtornos são classificados como transtornos de ansiedade, incluindo transtorno do pânico, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), fobia social, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e transtorno de ansiedade generalizada (TAG). É essencial determinar se os sintomas de ansiedade são primários, ou seja, não derivam de outras doenças psiquiátricas, uma vez que podem ocorrer na depressão ou na esquizofrenia (SANTOS, 2019).

Holmes (2011) afirma que os transtornos de ansiedade (ataques de pânico, fobia, transtorno de ansiedade generalizada, entre outros) e a depressão (depressão recorrente, depressão maior, doença de humor, etc.) são as principais queixas dos pacientes adultos que buscam as Unidades Básicas de Saúde, superando até mesmo a hipertensão arterial sistêmica. Essas patologias geram desconforto, irritabilidade, incapacidade física e laboral, diminuem a capacidade de efetuar a interação social e, em muitos casos, podem até levar ao suicídio.

Machado et al. (2016) apontam que as comorbidades mais frequentes nos transtornos de ansiedade variam de transtornos psiquiátricos a doenças cardiovasculares e renais. Os autores também relatam que os transtornos de

ansiedade prejudicam a qualidade de vida, uma vez que os pacientes deixam de realizar atividades cotidianas por medo das crises ou sintomas, bem como os fatores que desencadeiam a ansiedade são suportados com muito sofrimento, necessitando muitas vezes a intervenção de outras pessoas para que sejam realizadas.

Os benzodiazepínicos (BZDs) são alguns dos medicamentos mais vendidos no mundo devido aos seus efeitos depressores do sistema nervoso central. São usados principalmente para tratar transtornos de ansiedade, distúrbios do sono, como relaxantes musculares, anticonvulsivantes e indutores anestésicos como o midazolam (MACHADO et al., 2016).

É necessário dar o devido peso ao nível de dependência causado por substâncias psicotrópicas, principalmente quando os adultos experimentam o consumo excessivo, podem ser usuários de drogas recreativas ou até mesmo pessoas com transtornos mentais ou emocionais. Medicação como alternativa ao suicídio. Conforme demonstrado acima, os benzodiazepínicos possuem enorme potencial de dependência e tolerabilidade, portanto, a orientação sobre introdução e descontinuação do medicamento é importante e deve ser feita de forma lenta para que não ocorra crise de abstinência, uma vez que esta droga pode causar uma grande tolerância muito rapidamente (MACHADO et al., 2016).

Os transtornos de ansiedade são importantes áreas de pesquisa devido à alta incidência que a ansiedade tem sido diagnosticada na população adulta, causando incapacidade temporária ou permanente. A ansiedade é uma combinação de medo e preocupação exacerbados que se manifestam como uma doença cerebral ou relacionada a outros problemas pré-existentes. Apesar dos sentimentos naturais, é importante salientar que quando a ansiedade ultrapassa certos limites, ela deve ser tratada como uma doença que necessita de tratamento adequado (MACHADO et al., 2016).

2.3 TRANSTORNOS MENTAIS E USO DE MEDICAMENTOS

O emprego de fármacos no manejo de transtornos mentais constitui uma prática recorrente, visando a atenuação dos sintomas e a elevação da qualidade de vida dos indivíduos afetados. Dentre os medicamentos mais frequentemente prescritos, destacam-se os antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos e estabilizadores de humor (BIZ et al., 2018).

A seleção apropriada de medicamentos é um elemento crucial para o êxito terapêutico dos transtornos mentais. Tal escolha é norteadada por diversos fatores, tais como um diagnóstico preciso, a severidade dos sintomas e a resposta singular do paciente ao tratamento. Ressalta-se a importância da prescrição e do monitoramento da medicação por um profissional de saúde habilitado, como um psiquiatra, a fim de assegurar a segurança e eficácia do tratamento (DA COSTA et al., 2019).

Contudo, a farmacoterapia para transtornos mentais não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é a adesão ao tratamento, a qual pode ser comprometida por uma série de fatores, como efeitos colaterais indesejáveis, o estigma associado ao uso de psicofármacos e a falta de compreensão acerca da importância da continuidade do tratamento. Ademais, o uso inadequado ou a automedicação com psicofármacos pode acarretar consequências severas, como dependência, interações medicamentosas e exacerbação dos sintomas (MELO et al., 2022).

Outro aspecto relevante é o acesso aos medicamentos. Em diversas situações, o custo dos psicofármacos pode representar uma barreira para pacientes que necessitam de tratamento contínuo. Adicionalmente, a disponibilidade de medicamentos pode variar conforme a região e o sistema de saúde, podendo restringir as opções terapêuticas para alguns indivíduos (MELO et al., 2022).

Uma abordagem integrada é essencial no tratamento de transtornos mentais, envolvendo a combinação do uso de medicamentos com outras modalidades terapêuticas, como psicoterapia, terapia cognitivo-comportamental e intervenções psicossociais. Tal abordagem holística pode proporcionar resultados mais favoráveis no tratamento, fomentando a recuperação e o bem-estar dos pacientes. A colaboração entre profissionais de saúde, pacientes e familiares é fundamental para assegurar um tratamento eficaz e uma qualidade de vida melhorada para aqueles que lidam com transtornos mentais (MELO et al., 2022).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo foi orientada pelo objetivo de responder ao problema de pesquisa e testar as hipóteses propostas. Dada a natureza do problema apresentado, optou-se por uma abordagem qualitativa, que possibilita uma análise aprofundada e subjetiva dos dados obtidos a partir da literatura existente sobre o tema. Este método se mostra adequado para explorar questões complexas relacionadas ao aumento do uso de ansiolíticos no contexto pós-pandemia, considerando os múltiplos fatores que influenciam essa prática.

Neste contexto, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. O caráter exploratório permite mapear o conhecimento atual sobre os transtornos mentais e o uso de medicamentos, enquanto a abordagem descritiva busca detalhar as nuances e diferentes perspectivas presentes nos estudos selecionados. Dessa forma, a revisão bibliográfica realizada foi abrangente e direcionada, utilizando plataformas renomadas como Scielo, Portal de Periódicos CAPES e Medline, focando em publicações relevantes produzidas entre 2020 e 2024. A escolha desse período se justifica pela necessidade de captar as publicações mais recentes, que refletem as mudanças e impactos da pandemia de COVID-19.

Os textos selecionados foram disponibilizados integralmente na internet e publicados em língua portuguesa, garantindo o acesso e a compreensão completa do conteúdo. O processo de seleção incluiu a análise dos títulos, resumos e palavras-chave, seguidos pela leitura integral dos artigos que atendiam aos critérios estabelecidos.

Os procedimentos adotados na análise dos dados incluíram a identificação e síntese de conceitos, definições e posicionamentos relevantes para o tema em questão. A análise foi conduzida com o objetivo de destacar as opiniões e conclusões dos autores dos materiais selecionados, visando à construção de um panorama abrangente e crítico sobre os transtornos mentais e o uso de ansiolíticos no período pós-pandêmico. Além disso, buscou-se compreender as implicações do aumento no uso desses medicamentos para a saúde pública, oferecendo subsídios para futuras políticas de saúde e estratégias de intervenção.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica indicam um aumento significativo no uso de ansiolíticos durante e após a pandemia de COVID-19. Diversos estudos relatam que o isolamento social, a incerteza quanto ao futuro, e o medo do contágio foram fatores determinantes para o crescimento no consumo de medicamentos psicotrópicos, em especial os benzodiazepínicos (BRITO; ABREU, 2021; PEREIRA et al., 2020).

Essas mudanças no comportamento da população revelam o impacto profundo que o contexto pandêmico teve sobre a saúde mental, levando a um aumento na busca por soluções farmacológicas como meio de aliviar o sofrimento psíquico exacerbado pelas condições de isolamento.

Um estudo conduzido por Schmidt et al. (2020) mostrou que o isolamento social imposto pela pandemia resultou em um aumento de 28% no uso de ansiolíticos em comparação ao período pré-pandemia. Esses dados sugerem que as medidas de distanciamento social, embora necessárias para conter a propagação do vírus, tiveram um efeito colateral considerável sobre a saúde mental, manifestado pelo maior consumo de medicamentos que promovem alívio temporário da ansiedade e outros sintomas relacionados. Esse crescimento expressivo no uso de ansiolíticos reflete a necessidade emergencial de respostas rápidas para lidar com o sofrimento psicológico que, de outra forma, poderia ter evoluído para condições mais graves.

De forma similar, a pesquisa de Barros et al. (2020) revelou que mais de 52% dos entrevistados relataram aumento dos níveis de ansiedade, sendo que uma parcela significativa recorreu ao uso de medicamentos para o alívio dos sintomas.

Este dado evidencia uma demanda crescente por intervenções farmacológicas em resposta à intensificação do sofrimento psicológico durante a pandemia, ressaltando a fragilidade das estratégias de enfrentamento não farmacológicas diante de um evento tão estressante. A alta prevalência de ansiedade observada nesse período pode ter contribuído para uma mudança no padrão de prescrição médica, com uma inclinação maior para a recomendação de ansiolíticos como forma de gestão rápida dos sintomas.

Além disso, estudos específicos sobre o consumo de Alprazolam, um dos benzodiazepínicos mais prescritos, indicam um crescimento de 35% nas vendas durante o ano de 2020, em comparação ao ano anterior (Cavalcanti, Ramos e Leão, 2023). Estes dados reforçam a hipótese de que o isolamento social e as mudanças drásticas na rotina influenciaram diretamente o aumento do consumo de ansiolíticos. Alprazolam, conhecido por seu efeito rápido e potente, tornou-se uma opção comum entre os pacientes que buscavam alívio imediato para a ansiedade severa induzida pela pandemia. Este medicamento, amplamente prescrito devido à sua eficácia em reduzir rapidamente os sintomas de ansiedade, também levanta preocupações quanto ao seu potencial para o desenvolvimento de dependência, especialmente em uso prolongado.

Outro estudo revisado indicou que, além do aumento no consumo de ansiolíticos, houve também um crescimento considerável na prescrição de antidepressivos, particularmente em casos onde a ansiedade estava associada a sintomas depressivos. Essa coocorrência de transtornos mentais durante a pandemia pode ter impulsionado a prescrição combinada de ansiolíticos e antidepressivos, um fenômeno que merece atenção devido ao risco de interações medicamentosas e efeitos adversos (NASCIMENTO, 2021). Essa tendência de prescrição combinada destaca a complexidade do tratamento de transtornos mentais durante a pandemia, onde a sobreposição de sintomas exigiu abordagens terapêuticas mais abrangentes.

Os dados também revelam que o aumento no consumo de ansiolíticos foi mais pronunciado em determinadas faixas etárias e grupos sociais. Por exemplo, idosos e pessoas com condições de saúde preexistentes foram identificados como os maiores consumidores desses medicamentos, possivelmente devido ao maior grau de vulnerabilidade ao estresse pandêmico e à necessidade de controle mais rigoroso dos sintomas de ansiedade (FETER et al., 2021).

Esses resultados apontam para a necessidade de políticas de saúde pública que considerem as particularidades desses grupos na formulação de estratégias de intervenção. O fato de que esses grupos são mais propensos ao uso de ansiolíticos sugere uma vulnerabilidade acentuada, que exige uma resposta específica em termos de apoio psicológico e social.

Adicionalmente, pesquisas conduzidas em diferentes regiões do Brasil indicam que o aumento no uso de ansiolíticos não foi homogêneo, variando

conforme fatores como disponibilidade de serviços de saúde, acesso a medicamentos e orientação médica. Em regiões com maior acesso a cuidados médicos, o uso de ansiolíticos foi mais elevado, sugerindo que a presença de infraestrutura de saúde robusta pode facilitar o uso desses medicamentos, mas também levanta preocupações sobre o uso excessivo (MEIRA et al., 2021). A disparidade regional no consumo de ansiolíticos evidencia as desigualdades no acesso à saúde mental e sugere que as políticas de prescrição e uso de medicamentos precisam ser ajustadas de acordo com as realidades locais.

Um aspecto importante identificado na revisão foi a diferença no impacto da pandemia sobre o consumo de ansiolíticos entre as populações urbanas e rurais. Nas áreas urbanas, onde o ritmo de vida é mais acelerado e as pressões sociais e econômicas são mais intensas, o aumento no uso de ansiolíticos foi mais acentuado. Isso pode ser atribuído ao maior nível de estresse e à maior disponibilidade de serviços médicos nas cidades, que facilitam o acesso a esses medicamentos. Em contrapartida, nas áreas rurais, embora o aumento também tenha sido significativo, ele foi relativamente menor, possivelmente devido a fatores como menor densidade populacional e menor acesso a serviços de saúde especializados (SILVA et al., 2021).

Além disso, a revisão dos dados revelou uma diferença significativa na maneira como homens e mulheres responderam ao estresse pandêmico em termos de consumo de ansiolíticos. Estudos sugerem que as mulheres, historicamente mais propensas a buscar ajuda médica para questões de saúde mental, foram as que mais aumentaram o uso de ansiolíticos durante a pandemia. Este fato reflete uma maior sensibilidade feminina às mudanças no ambiente social e à carga adicional de responsabilidades durante a pandemia, como o cuidado com a família e o lar, que pode ter exacerbado os níveis de estresse e ansiedade (GOMES et al., 2021).

Por outro lado, os homens, embora também tenham aumentado o uso de ansiolíticos, o fizeram em uma proporção menor, o que pode ser parcialmente explicado por uma menor tendência a buscar ajuda médica para questões de saúde mental. Essa diferença de gênero no consumo de ansiolíticos destaca a importância de considerar as variáveis sociodemográficas na formulação de políticas de saúde mental, garantindo que as intervenções sejam adequadas às necessidades específicas de cada grupo (BERTOLAZI et al., 2021).

A revisão também evidenciou o papel crucial dos profissionais de saúde na orientação e no controle do uso de ansiolíticos. Durante a pandemia, muitos profissionais relataram um aumento na demanda por esses medicamentos, mas também expressaram preocupação com o potencial de dependência e com os desafios de gerenciar a retirada dos pacientes desses medicamentos após o fim da pandemia. Esse cenário destaca a importância de uma abordagem equilibrada, que leve em consideração tanto a necessidade imediata de alívio dos sintomas quanto as implicações de longo prazo do uso contínuo de ansiolíticos (SILVEIRA et al., 2022).

Finalmente, os dados também indicam que o uso de ansiolíticos pode ter sido exacerbado pela ampla disponibilidade de informações (e desinformações) sobre medicamentos durante a pandemia. O acesso facilitado a informações por meio da internet e das redes sociais, muitas vezes sem a devida orientação médica, pode ter contribuído para o aumento no consumo de ansiolíticos, especialmente entre os indivíduos que buscaram automedicação como uma solução rápida para os sintomas de ansiedade (NASCIMENTO et al., 2021). Este fenômeno sublinha a necessidade de uma comunicação mais eficaz e responsável por parte dos profissionais de saúde e das autoridades, para garantir que o público receba informações corretas e seguras sobre o uso de medicamentos.

5 DISCUSSÃO

5.1 ISOLAMENTO SOCIAL E USO DE MEDICAMENTOS ANSIOLÍTICOS

Os resultados desta revisão corroboram a hipótese inicial de que o isolamento social, amplificado pelas condições impostas pela pandemia de COVID-19, contribuiu significativamente para o aumento do uso de ansiolíticos. O isolamento prolongado, a falta de interação social e a incerteza quanto ao futuro parecem ter desempenhado papéis cruciais na intensificação da ansiedade e, conseqüentemente, na demanda por intervenções farmacológicas. Esse aumento no uso de ansiolíticos pode ser visto como uma resposta imediata à crise, mas levanta preocupações sobre as implicações a longo prazo para a saúde pública.

A dependência desses medicamentos, especialmente os benzodiazepínicos, levanta sérias preocupações de saúde pública, uma vez que seu uso prolongado pode levar a dependência e a uma série de efeitos adversos, incluindo a deterioração da saúde mental (SCHMIDT et al., 2020). A literatura revisada sugere que, embora os ansiolíticos possam oferecer alívio a curto prazo, seu uso prolongado sem supervisão adequada pode agravar os problemas de saúde mental, criando um ciclo vicioso de dependência e agravamento dos sintomas.

A análise dos estudos revisados também sugere que o crescimento no uso de ansiolíticos não pode ser atribuído exclusivamente ao isolamento social. Outros fatores, como a predisposição individual, o acesso aos serviços de saúde e a disseminação de informações sobre o uso de medicamentos, desempenharam um papel crucial nesse aumento (JONES et al., 2021). Isso reflete a complexidade do problema e a necessidade de abordagens multidisciplinares para o tratamento dos transtornos de ansiedade. A pandemia expôs a fragilidade dos sistemas de saúde

mental, onde a falta de alternativas eficazes de suporte psicológico fez com que muitos indivíduos recorressem aos medicamentos como primeira linha de defesa.

Outro ponto de destaque é a relação entre o aumento do consumo de ansiolíticos e as políticas de saúde pública adotadas durante a pandemia. A flexibilização temporária das normas de prescrição de medicamentos controlados, por exemplo, pode ter facilitado o acesso a esses fármacos, contribuindo para o aumento de seu consumo (CAVALCANTI et al., 2023). Essas mudanças regulatórias, embora tenham sido implementadas para reduzir o impacto da pandemia sobre o acesso a medicamentos, podem ter tido o efeito colateral de aumentar o risco de uso indiscriminado e prolongado de ansiolíticos.

A regionalização do aumento no uso de ansiolíticos também merece atenção. Estudos mostram que em regiões mais desenvolvidas, com melhor acesso a cuidados médicos, o consumo desses medicamentos foi mais elevado. Isso sugere que a disponibilidade de serviços de saúde desempenha um papel importante na determinação do comportamento de consumo de medicamentos, mas também alerta para o potencial de sobreprescrição em áreas onde o acesso aos cuidados é facilitado (MEIRA et al., 2021).

Além disso, a pandemia de COVID-19 serviu como um catalisador para mudanças significativas nas práticas médicas, especialmente no que diz respeito à saúde mental. A necessidade urgente de intervenções rápidas levou muitos profissionais de saúde a recorrerem a prescrições de medicamentos como uma solução imediata para os sintomas de ansiedade exacerbados pela pandemia. No entanto, essa prática também destacou a falta de preparação do sistema de saúde para lidar com um aumento tão repentino na demanda por suporte psicológico e psiquiátrico.

A crise sanitária provocada pela COVID-19 desencadeou uma série de consequências adversas na vida cotidiana, desde a perda de pessoas queridas até o aumento do desemprego, além da implementação de protocolos de saúde como o distanciamento físico e o uso obrigatório de máscaras. Essas alterações abruptas na rotina diária tiveram um impacto considerável na saúde mental e nas atitudes dos indivíduos, levando muitos a buscar alívio e estabilidade emocional por meio de medicamentos psicotrópicos, como os antidepressivos e ansiolíticos.

Estudos recentes buscam explorar os efeitos desses fármacos no bem-estar dos indivíduos durante este período desafiador, e alguns resultados preliminares já

foram divulgados. De acordo com um estudo transversal realizado por Melo et al. (2022) em plataformas de redes sociais, envolvendo 349 participantes com idades entre 18 e 35 anos, constatou-se que 20,3% dos participantes recorreram ao uso de antidepressivos e/ou ansiolíticos durante a pandemia. Neste grupo, o clonazepam emergiu como o ansiolítico mais prevalente, enquanto a fluoxetina foi identificada como o antidepressivo mais frequente. Esse dado exemplifica como a ansiedade e a depressão, exacerbadas pela pandemia, levaram a um aumento substancial na prescrição e consumo desses medicamentos, refletindo a gravidade da crise de saúde mental desencadeada.

A pesquisa conduzida por Alves (2022) ressalta que períodos de estresse agem como catalisadores ou intensificadores de distúrbios psíquicos, levando com frequência ao consumo excessivo de substâncias como álcool, tabaco, medicamentos e drogas ilícitas. A necessidade de abordar o uso e abuso desses medicamentos durante a pandemia se torna ainda mais premente diante das numerosas perdas vivenciadas nos últimos anos, destacando-se também os fatores determinantes para o crescimento da medicalização e da utilização de psicofármacos. Isso corrobora com a necessidade de um controle mais rígido e monitoramento constante do uso de medicamentos, especialmente em contextos de crise, para evitar o desenvolvimento de dependência e outros efeitos adversos.

Ribeiro et al. (2020) apontam que os transtornos psicológicos emergem como uma constante no cenário pandêmico, enquanto Carvalho (2021) observa uma escalada no consumo de ansiolíticos e antidepressivos. Os estudos mencionados evidenciam a prolongação de episódios de ansiedade, depressão e a elevação das taxas de suicídio, sublinhando a urgência de atenção e intervenção nesse contexto. Estes achados indicam que a pandemia não apenas exacerbou problemas de saúde mental preexistentes, mas também pode ter desencadeado novas ondas de transtornos psicológicos, muitas vezes tratados de forma inadequada com medicamentos psicotrópicos.

Vasconcelos et al. (2009) destacam a ascensão de plataformas online dedicadas ao autodiagnóstico, decorrente do avanço tecnológico. Eles observam que os indivíduos, cada vez mais isolados, recorrem à internet em busca de esclarecimentos sobre seu estado de saúde. Esse comportamento pode conduzir as pessoas a um labirinto de recomendações, muitas vezes infundadas ou exageradas. Essa tendência para o autodiagnóstico e automedicação durante a pandemia é

particularmente preocupante, pois pode levar ao uso inadequado de ansiolíticos e outros psicofármacos, exacerbando os riscos associados a esses medicamentos.

Melo et al. (2022) introduzem o conceito de "infodemia", definido como a proliferação de informações, frequentemente imprecisas, em resposta a crises como a pandemia. Eles argumentam que essa enxurrada de dados pode incentivar tanto uma reação coletiva quanto individual ao autodiagnóstico, levando ao consumo de medicamentos sem embasamento médico ou científico. É importante destacar a observação de Domingos et al. (2017), que no Brasil, uma enxurrada de informações, medo e incertezas impulsionou uma busca desenfreada por medicamentos nas farmácias. Esse fenômeno sublinha a necessidade de uma comunicação mais eficaz e responsável por parte dos profissionais de saúde e das autoridades, para garantir que o público receba informações corretas e seguras sobre o uso de medicamentos.

Por fim, a discussão dos resultados aponta para a necessidade urgente de estratégias integradas que combinem o uso racional de medicamentos com intervenções psicossociais e suporte psicológico. A criação de programas de acompanhamento e reeducação para o uso de ansiolíticos é essencial para mitigar os riscos associados ao seu uso indiscriminado, especialmente em períodos de crise. A pandemia trouxe à tona a necessidade de políticas públicas mais robustas para a saúde mental, que considerem não apenas o tratamento farmacológico, mas também o suporte contínuo para prevenir o desenvolvimento de dependência e outros problemas relacionados ao uso prolongado de medicamentos psicotrópicos.

Além disso, a literatura revisada sugere que intervenções preventivas, como o fortalecimento de redes de apoio social e o aumento da disponibilidade de serviços de saúde mental, podem ser eficazes na redução da necessidade de uso de ansiolíticos. Essas intervenções, se implementadas de forma abrangente e coordenada, podem ajudar a reduzir o impacto negativo da pandemia sobre a saúde mental e minimizar o risco de uso excessivo de medicamentos. O desenvolvimento de programas de saúde mental mais acessíveis e inclusivos deve ser uma prioridade nas políticas públicas pós-pandemia.

A discussão também destaca a importância de se considerar o contexto socioeconômico na análise do aumento no uso de ansiolíticos. Em muitos casos, o estresse financeiro e a incerteza econômica exacerbados pela pandemia contribuíram para o aumento dos níveis de ansiedade, levando a um maior consumo

de medicamentos. Isso sugere que políticas de suporte econômico e segurança financeira também podem desempenhar um papel crucial na mitigação dos efeitos da pandemia sobre a saúde mental.

Finalmente, a necessidade de mais pesquisas longitudinais para monitorar o uso de ansiolíticos no período pós-pandêmico é evidente. Essas pesquisas devem focar não apenas nos padrões de consumo, mas também nos resultados a longo prazo para a saúde mental, avaliando a eficácia de diferentes abordagens de tratamento e o impacto das políticas públicas implementadas durante a pandemia.

6 CONCLUSÃO

Este estudo destacou o impacto significativo que a pandemia de COVID-19 teve sobre o uso de ansiolíticos, evidenciando um aumento expressivo no consumo desses medicamentos em resposta ao isolamento social, à incerteza quanto ao futuro e ao medo do contágio. A revisão da literatura mostrou que o uso de ansiolíticos, especialmente benzodiazepínicos como o Alprazolam, aumentou consideravelmente durante a pandemia, revelando uma dependência crescente dessas intervenções farmacológicas para o manejo dos sintomas de ansiedade.

Os resultados indicam que, embora os ansiolíticos ofereçam alívio a curto prazo, seu uso prolongado sem a devida supervisão pode levar a consequências adversas, como a dependência e a deterioração da saúde mental. A pandemia expôs as fragilidades dos sistemas de saúde mental, onde a falta de suporte psicológico eficaz levou muitos indivíduos a recorrerem aos medicamentos como a principal forma de enfrentamento.

Além disso, o estudo ressaltou a importância de considerar fatores como a predisposição individual, o acesso aos serviços de saúde e as políticas públicas que facilitaram o acesso a esses medicamentos. A regionalização do aumento no consumo de ansiolíticos, bem como as diferenças observadas entre grupos sociodemográficos, apontam para a necessidade de políticas de saúde pública que levem em conta essas variáveis na formulação de estratégias de intervenção.

A crise também revelou a necessidade urgente de políticas públicas mais robustas e integradas que combinem o uso racional de medicamentos com intervenções psicossociais e suporte psicológico. O fortalecimento de redes de apoio social, o aumento da disponibilidade de serviços de saúde mental e a implementação de programas de acompanhamento e reeducação para o uso de

ansiolíticos são essenciais para mitigar os riscos associados ao uso indiscriminado desses medicamentos.

Em última análise, a pandemia de COVID-19 serviu como um catalisador para mudanças na forma como a saúde mental é abordada, evidenciando a necessidade de uma resposta multifacetada que vá além do simples tratamento farmacológico. Para o futuro, é essencial que mais pesquisas longitudinais sejam conduzidas para monitorar os efeitos a longo prazo do uso de ansiolíticos e para avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas durante e após a pandemia. Estas pesquisas poderão fornecer dados valiosos para a criação de estratégias de saúde mental mais eficazes e sustentáveis, que protejam a população de futuras crises.

7 NORMAS DA REVISTA

Para publicação deste artigo, utilizou-se das normas da ABNT.

8 REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; et al. Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 9, 2021.

ALVES, M. Uso de medicamentos psicotrópicos durante a pandemia: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 44, n. 2, p. 120-130, 2022.

BARROS, M. B. A.; et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, p. 1-12, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400018>.

BIZ, C.; et al. Transtornos mentais e uso de medicamentos: um estudo transversal com universitários. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 64, n. 4, p. 359-366, 2018.

BRITO, L. F.; ABREU, T. P. O aumento do consumo de álcool e de benzodiazepínico: Alprazolam no período da pandemia do COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 1791-1798, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2698>.

CARVALHO, A. B. A escalada do consumo de ansiolíticos e antidepressivos durante a pandemia de COVID-19. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 43, n. 3, p. 234-245, 2021.

CAVALCANTI, R. A.; RAMOS, C. F.; LEÃO, E. R. Problemas de saúde coletiva relacionados ao uso indiscriminado de benzodiazepínicos no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 2, p. e00123420, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00123420>.

DA COSTA, M. P.; et al. Prevalência de transtornos mentais e uso de psicofármacos em uma população urbana. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, n. 1, p. 32-38, 2019.

DOMINGOS, T. R.; VASCONCELOS, A. C.; SANTOS, J. A. A infodemia durante a pandemia de COVID-19: efeitos sobre a saúde mental e o uso de medicamentos. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200105, 2020.

FEIJÓ, M. Benzodiazepínicos no tratamento da ansiedade: diferenças entre classes. In: BERNIK, M. A. (Ed.). **Benzodiazepínicos: quatro décadas de experiência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 69-78.

FETER, N.; et al. Impacto do isolamento social na saúde mental da população do Rio Grande do Sul durante a pandemia de COVID-19. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 43, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003332>.

FOGAÇA, P. C.; AROSSI, G. A.; HIRDES, A. Impacto do Isolamento Social Ocasionado pela Pandemia COVID-19 sobre a Saúde Mental da População em Geral: Uma Revisão Integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021.

GOMES, C. M.; SILVA, M. P.; SOUZA, D. R. Diferenças de gênero no consumo de ansiolíticos durante a pandemia de COVID-19. **Estudos de Psicologia**, v. 38, n. 1, p. 27-39, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e200062>.

HILL, C.; WAITE, P.; CRESWELL, C. Anxiety disorders in children and adolescents. **Symposium: Psychiatry**. Elsevier, 2016.

HOLMES, D. S.; et al. **Psicologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

JONES, E. A. K.; MITRA, A. K.; BHUIYAN, A. R. Impact of COVID-19 on mental health in adolescents: a systematic review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 5, p. 2470, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph18052470>.

LIMA, D. L. F.; et al. Covid no Estado do Ceará, Brasil: Comportamentos e Crenças na Chegada da Pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, 2020.

MACHADO, M. B.; et al. Prevalência de transtornos ansiosos e algumas comorbidades em idosos: um estudo de base populacional. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 65, n. 1, p. 28-35, 2016.

MEIRA, K. L.; DE ARAÚJO, F. J.; RODRIGUES, R. C. Impacto da pandemia pelo novo coronavírus no perfil de consumo de ansiolíticos e antidepressivos na atenção básica do Distrito Federal, Brasil. **Infarma – Ciências Farmacêuticas**, v. 33, n. 4, p. 363-372, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14450/2318-9312.v33.e4.a2021.pp363-369>.

MELO, P. R.; SILVA, E. P.; ALMEIDA, F. J. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por jovens adultos durante a pandemia de COVID-19: um estudo transversal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, p. e00123421, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00123421>.

NASCIMENTO, P. R. A prescrição combinada de ansiolíticos e antidepressivos durante a pandemia de COVID-19. **Revista Portuguesa de Psiquiatria**, v. 44, n. 1, p. 145-158, 2021.

PEREIRA, M. D.; et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e45489754, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4548>.

RIBEIRO, M. B.; CARVALHO, A. R.; SANTOS, T. S. Os transtornos psicológicos e o aumento do uso de medicamentos psicotrópicos durante a pandemia. **Revista de Psicologia**, v. 39, n. 4, p. 203-214, 2020.

SANTOS, D. K. L. **Transtorno de ansiedade na juventude e o uso abusivo de benzodiazepínicos**. Monografia. Faculdade de Educação e Meio Ambiente, FAEMA. Ariquemes, Rondônia. 2019.

SCHMIDT, B.; et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**, v. 37, n. 1, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>.

SILVA, R. D.; MARQUES, A. P.; SANTANA, A. C. Análise do consumo de ansiolíticos em áreas urbanas e rurais durante a pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. e200104, 2021.

SILVEIRA, T. P.; RAMOS, F. D.; CAVALCANTI, A. R. Desafios na gestão do uso de ansiolíticos durante a pandemia de COVID-19: perspectivas de profissionais de saúde. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 43, n. 4, p. 246-255, 2022.

STRABELLI, T. M. V.; UIP, D. E. Covid-19 e o coração. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 114, n. 4, p. 598-600, 2020.

VASCONCELLOS, S. P. R.; CASTIEL, L. D. As novas tecnologias de autocuidado e os riscos do autodiagnóstico pela Internet. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 26, n. 2, p. 172-175, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2009.v26n2/172-175>. Acesso em: Ago. 2024.

VELAVAN, T. P.; MEYER, C. G. The Covid-19 epidemic. **Tropical Medicine & International Health**, v. 25, n. 3, p. 278-280, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em:

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/364591/nCoV-weekly-sitrep16Nov22-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 fev. 2024.

9 RELATÓRIO DOCXWEB

[illegible]

ABSTRACT

Introduction: Anxiety disorders are significant areas of research due to the high incidence of anxiety being diagnosed in the population, leading to temporary or permanent disability. Investigations conducted on the mental health of Brazilian residents during the COVID-19 outbreak indicate an increase in diagnoses of anxiety, depression, and stress. The deterioration of mental well-being was influenced by multiple factors, including the absence of proper funeral ceremonies, the escalation of unemployment, and the decline in financial capacity, which heightened tension and anguish among those needing a source of income to support their families. This scenario significantly contributed to the increase in the use of anxiolytics, as many individuals resorted to these medications as a form of immediate relief for the symptoms of anxiety and stress exacerbated by the pandemic, highlighting the need for a broader and more integrated approach to mental health treatment in the current context. **Objectives:** To analyze the increase in the use of anxiolytics after the COVID-19 pandemic and its implications for public health. **Methodology:** This study is structured as a literature review, aiming to compile and analyze existing information on the topic. Additionally, the research is exploratory and descriptive, with the objective of mapping existing knowledge on the subject and outlining its nuances. **The platforms Scielo, Portal de Periódicos CAPES, and Medline were used. The period considered was from 2018 to 2023, with texts fully available online, in Portuguese. Results:** The results indicate a significant increase in the use of anxiolytics during and after the COVID-19 pandemic, especially among more vulnerable groups, such as the elderly and people with pre-existing health conditions. The use of medications like Alprazolam increased by 35% in 2020, reflecting the intensification of anxiety in the population. **Conclusion:** The pandemic exposed the fragility of mental health systems, highlighting the need for public policies that combine pharmacological treatment with continuous support. **Future research is essential to monitor the long-term effects of anxiolytic use in the post-pandemic period.**

Keywords: Anxiety disorder; Pandemic; COVID-19; Anxiolytic use.

<https://revista11.com.br/aumento-do-uso-de-ansioliticos-apos-a-pandemia-revisao-da-literatura/>

1 INTRODUÇÃO 7

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA 8

1.1.1 Objetivo Geral 8

1.1.2 Objetivos Específicos 8

2 REFERENCIAL TEÓRICO 9

2.1 ISOLAMENTO SOCIAL E COVID-19 9

2.2 TRANSTORNO DE ANSIEDADE 10

2.3 TRANSTORNOS MENTAIS E USO DE MEDICAMENTOS 11

3 MATERIAIS E MÉTODOS 13

4 RESULTADOS 14

5 DISCUSSÃO 18

5.1 ISOLAMENTO SOCIAL E USO DE MEDICAMENTOS ANSIOLÍTICOS 18

6 CONCLUSÃO 22

7 REFERÊNCIAS 24

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios e mudanças drásticas na vida cotidiana, afetando de maneira significativa a saúde mental da população. O isolamento social, uma medida essencial para conter a propagação do vírus, gerou sentimentos de solidão, ansiedade e depressão em muitas pessoas. Além disso, a perda de empregos, a interrupção de atividades sociais e a preocupação com a saúde de familiares e amigos contribuíram para o aumento dos transtornos mentais. Neste contexto, o uso de medicamentos ansiolíticos, como o alprazolam, aumentou significativamente, refletindo a necessidade de alívio imediato para os sintomas de ansiedade e estresse exacerbados pela pandemia. Este trabalho tem como objetivo analisar o aumento no uso de ansiolíticos durante e após a pandemia de COVID-19, especialmente em grupos mais vulneráveis, como idosos e pessoas com condições de saúde pré-existent. A metodologia utilizada é uma revisão de literatura, visando compilar e analisar informações existentes sobre o tema. Além disso, a pesquisa é exploratória e descritiva, com o objetivo de mapear o conhecimento existente sobre o assunto e traçar suas nuances. Os resultados indicam um aumento significativo no uso de ansiolíticos durante e após a pandemia de COVID-19, especialmente entre grupos mais vulneráveis. O uso de medicamentos como o alprazolam aumentou em 35% em 2020, refletindo a intensificação da ansiedade na população. A conclusão é que a pandemia expôs a fragilidade dos sistemas de saúde mental, destacando a necessidade de políticas públicas que combinem tratamento farmacológico com suporte contínuo. Pesquisas futuras são essenciais para monitorar os efeitos de longo prazo do uso de ansiolíticos no período pós-pandêmico.

7 REFERÊNCIAS 24

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios e mudanças drásticas na vida cotidiana, afetando de maneira significativa a saúde mental da população. O isolamento social, uma medida essencial para conter a propagação do vírus, gerou impactos profundos no bem-estar psicológico das pessoas, exacerbando transtornos como ansiedade, depressão e crises de pânico. Esses transtornos foram amplamente documentados durante a pandemia, com diversos estudos relatando um aumento significativo na incidência desses problemas de saúde mental (PEREIRA et al., 2020; ROLIM et al., 2020).

Dentro desse contexto, o uso de ansiolíticos, especialmente os benzodiazepínicos, destacou-se como uma das principais estratégias adotadas para o manejo dos sintomas de ansiedade e outros transtornos relacionados. Estudos como o de Brito e Abreu (2021) mostram que houve um crescimento preocupante no consumo de medicamentos como o Alprazolam, com a população recorrendo a esses fármacos como uma forma de lidar com o estresse e a incerteza do período pandêmico. O uso desses medicamentos, no entanto, levanta preocupações devido ao seu potencial de dependência e aos efeitos adversos associados ao uso prolongado (CAVALCANTI et al., 2023).

Este artigo se propõe a analisar o aumento no uso de ansiolíticos após a pandemia de COVID-19, com foco nos transtornos de ansiedade que emergiram como um importante foco de pesquisa devido à sua alta incidência e impacto na capacidade funcional da população. Além disso, o estudo busca explorar as implicações a longo prazo do uso contínuo desses medicamentos, considerando os riscos de dependência e os possíveis efeitos adversos na saúde mental.

A relevância desta pesquisa se fundamenta na urgência de elucidar as consequências do crescimento no consumo de ansiolíticos para a saúde pública, tendo em vista o cenário atual caracterizado pelo isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. Compreender esses aspectos é crucial para orientar políticas de saúde e estratégias de intervenção que visem ao uso racional de ansiolíticos e à promoção do bem-estar mental durante e após o período pandêmico.

A investigação sobre o aumento do uso de ansiolíticos também se justifica pela necessidade de sensibilizar profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade em geral sobre a importância de abordagens integradas para o tratamento de transtornos de ansiedade, que incluam suporte psicológico e medidas preventivas, além da farmacoterapia. Dessa forma, o estudo contribui para a construção de um panorama mais abrangente sobre os desafios enfrentados pela saúde mental no contexto da pandemia da COVID-19 e suas repercussões para a saúde pública (SCHMIDT et al., 2020; BARROS et al., 2020).

No contexto da pandemia da COVID-19, diversas alterações na vida cotidiana e no bem-estar psicológico foram observadas. Diante disso, este estudo busca responder como o isolamento social e as mudanças na rotina influenciaram o aumento no uso de ansiolíticos na população brasileira após a pandemia de COVID-19. Para tanto, são propostas duas hipóteses: a primeira sugere que o isolamento social, por meio do aumento da solidão e da falta de suporte social, contribuiu significativamente para o crescimento no uso de ansiolíticos pela população (Fetter et al., 2021). A segunda hipótese sugere que o isolamento social, apesar de criar condições estressantes, não foi o principal fator para o aumento no uso de ansiolíticos, sendo este crescimento mais influenciado por outros fatores como predisposição individual e acesso aos serviços de saúde (JONES et al., 2021).

https://revistaft.com.br/aumento-do-uso-de-ansiolíticos-apos-a-pandemia-revisao-da-literatura/

Chaves
Próxima quarta f...

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o aumento do uso de ansiolíticos após a pandemia da COVID-19 e suas implicações para a saúde pública.

1.1.2 Objetivos Específicos

Investigar a relação entre o isolamento social provocado pela COVID-19 e o surgimento ou agravamento de transtornos de ansiedade na população, identificando as principais manifestações e impactos desses transtornos;

Analisar a incidência de transtornos mentais após a pandemia da COVID-19 e o papel dos ansiolíticos no tratamento dessas condições;

Avaliar o impacto do isolamento social na prescrição e uso de medicamentos ansiolíticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ISOLAMENTO SOCIAL E COVID-19

A grave síndrome respiratória aguda causada pelo coronavírus, conhecida como Covid-19 (SARSCoV-2), teve seu início registrado em Wuhan, China, em dezembro de 2019. Em um curto período, a doença disseminou-se globalmente, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar uma pandemia. Até novembro de 2022, foram contabilizados mais de 632 milhões de casos confirmados e aproximadamente 6,5 milhões de óbitos (WHO, 2022).

Chaves
Próxima quarta f...

Diante da escalada de infecções, a OMS classificou o surto do novo coronavírus **como uma emergência de saúde pública de interesse internacional** (Strabelli e Uip, 2020). Os sintomas clínicos da Covid-19 geralmente se manifestam cerca de uma semana após a exposição ao vírus, incluindo tosse, febre, congestão nasal e fadiga, com possibilidade de evolução para dificuldades respiratórias e complicações graves no sistema respiratório (VELAVAN; MEYER, 2020).

Para enfrentar a propagação do vírus, medidas preventivas foram estabelecidas, incluindo a higiene constante das mãos, a limpeza regular de objetos, superfícies e espaços compartilhados, a evitação de gestos de cumprimento que envolvem contato físico, como abraços, beijos e apertos de mãos, e, fundamentalmente, o isolamento e a quarentena de indivíduos que apresentam sintomas da doença (LIMA et al., 2020).

O isolamento social foi adotado como a primeira linha de defesa contra a disseminação do vírus, caracterizando-se pela separação voluntária ou obrigatória de pessoas do convívio social. O isolamento voluntário ocorre quando o indivíduo, por decisão própria, se distancia das interações sociais diárias, seja por questões pessoais ou por problemas de saúde mental. Por outro lado, o isolamento obrigatório é imposto devido a situações que representam um risco à vida, como uma pandemia ou conflito armado (FOGAÇA et al., 2021).

Essa medida preventiva também incluiu a restrição de aglomerações, estabelecendo uma distância mínima de um metro e meio entre as pessoas, o cancelamento de eventos, o fechamento temporário de instituições educacionais, academias, locais de entretenimento, entre outros. Além disso, a quarentena foi implementada para pessoas potencialmente infectadas, exigindo que permanecessem isoladas em um cômodo específico da residência por um período de cerca de quatorze dias, que corresponde ao tempo de incubação do vírus, a fim de conter a propagação e facilitar a recuperação dos sintomas (PEREIRA et al., 2020).

2.2 TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Em algum estágio da vida, cerca de uma em cada quatro pessoas relata sofrer de ansiedade, que se manifesta principalmente na idade adulta. Transtornos de ansiedade são comuns entre os adultos, com taxas de prevalência variando entre 9% e 32%. A ansiedade é uma reação emocional comum a várias situações da vida. Quando patológica, um dos sintomas mais recorrentes nos consultórios médicos é frequentemente subdiagnosticada (FEIJÓ, 1999). A ansiedade é definida como uma relação entre as pessoas e um ambiente ameaçador, bem como os processos neurofisiológicos resultantes dessas interações. Assim, a ansiedade está relacionada à ocorrência de situações aversivas com algum grau de incerteza ou dúvida, ou mesmo uma fragilidade do organismo (HILL et al., 2016).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), vários transtornos são classificados como transtornos de ansiedade, incluindo transtorno do pânico, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), fobia social, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e transtorno de ansiedade generalizada (TAG). É essencial determinar se os sintomas de ansiedade são primários ou seja, não derivam de outras doenças psiquiátricas, uma vez que podem ocorrer na depressão ou na esquizofrenia (SANTOS, 2019).

Holmes (2011) afirma que os transtornos de ansiedade (ataques de pânico, fobia, transtorno de ansiedade generalizada, entre outros) e a depressão (depressão recorrente, depressão maior, doença de humor, etc.) são as principais queixas dos pacientes adultos que buscam as Unidades Básicas de Saúde, superando até mesmo a hipertensão arterial sistêmica. Essas patologias geram desconforto, irritabilidade, incapacidade física e laboral, diminuem a capacidade de efetuar a interação social e, em muitos casos, podem até levar ao suicídio.

Machado et al. (2016) apontam que as comorbidades mais frequentes nos transtornos de ansiedade variam de transtornos psiquiátricos a doenças cardiovasculares e renais. Os autores também relatam que os transtornos de ansiedade prejudicam a qualidade de vida, uma vez que os pacientes deixam de realizar atividades cotidianas por medo das crises ou sintomas, bem como os fatores que desencadeiam a ansiedade são suportados com muito sofrimento, necessitando muitas vezes a intervenção de outras pessoas para que sejam realizadas.

Os benzodiazepínicos (BZDs) são alguns dos medicamentos mais vendidos no mundo devido aos seus efeitos depressores do sistema nervoso central. São usados principalmente para tratar transtornos de ansiedade, distúrbios do sono, como relaxantes musculares, anticonvulsivantes e indutores anestésicos como o midazolam (MACHADO et al., 2016).

É necessário dar o devido peso ao nível de dependência causado por substâncias psicotrópicas, principalmente quando os adultos experimentam o consumo excessivo, podem ser usuários de drogas recreativas ou até mesmo pessoas com transtornos mentais ou emocionais. Medicação como alternativa ao suicídio. Conforme demonstrado acima, os benzodiazepínicos possuem enorme potencial de dependência e tolerabilidade, portanto, a orientação sobre introdução e descontinuação do medicamento é importante e deve ser feita de forma lenta para que não ocorra crise de abstinência, uma vez que esta droga pode causar uma grande tolerância muito rapidamente (MACHADO et al., 2016).

Os transtornos de ansiedade são importantes áreas de pesquisa devido à alta incidência que a ansiedade tem sido diagnosticada na população adulta, causando incapacidade temporária ou permanente. A ansiedade é uma combinação de medo e preocupação exacerbados que se manifestam como uma doença cerebral ou relacionada a outros problemas pré-existent. Apesar dos sentimentos naturais, é importante salientar que quando a ansiedade ultrapassa certos limites, ela deve ser tratada como uma doença que necessita de tratamento adequado (MACHADO et al., 2016).

2.3 TRANSTORNOS MENTAIS E USO DE MEDICAMENTOS

O emprego de fármacos no manejo de transtornos mentais constitui uma prática recorrente, visando a atenuação dos sintomas e a elevação da qualidade de vida dos indivíduos afetados. Dentre os medicamentos mais frequentemente prescritos, destacam-se os antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos e estabilizadores de humor (RIZ et al., 2019).

A seleção apropriada de medicamentos é um elemento crucial para o êxito terapêutico dos transtornos mentais. Tal escolha é norteada por diversos fatores, tais como um diagnóstico preciso, a severidade dos sintomas e a resposta singular do paciente ao tratamento. Ressalta-se a importância da prescrição e do monitoramento da medicação por um profissional de saúde habilitado, como um psiquiatra, a fim de assegurar a segurança e eficácia do tratamento (DA COSTA et al., 2019).

Contudo, a farmacoterapia para transtornos mentais não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é a adesão ao tratamento, a qual pode ser comprometida por uma série de fatores, como efeitos colaterais indesejáveis, o estigma associado ao uso de psicofármacos e a falta de compreensão acerca da importância da continuidade do tratamento. Ademais, o uso inadequado ou a automedicação com psicofármacos pode acarretar consequências severas, como dependência, interações medicamentosas e exacerbação dos sintomas (MELO et al., 2022).

<https://revistaft.com.br/aumento-do-uso-de-ansioliticos-apos-a-pandemia-revisao-da-literatura/>

Outro aspecto relevante é o acesso aos medicamentos. Em diversas situações, o custo dos psicofármacos pode representar uma barreira para pacientes que necessitam de tratamento contínuo. Adicionalmente, a disponibilidade de medicamentos pode variar conforme a região e o sistema de saúde, podendo restringir as opções terapêuticas para alguns indivíduos (MELO et al., 2022).

Uma abordagem integrada é essencial no tratamento de transtornos mentais, envolvendo a combinação do uso de medicamentos com outras modalidades terapêuticas, como psicoterapia, terapia cognitivo-comportamental e intervenções psicossociais. Tal abordagem holística pode proporcionar resultados mais favoráveis no tratamento, fomentando a recuperação e o bem-estar dos pacientes. A colaboração entre profissionais de saúde, pacientes e familiares é fundamental para assegurar um tratamento eficaz e uma qualidade de vida melhorada para aqueles que lidam com transtornos mentais (MELO et al., 2022).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo foi orientada pelo objetivo de responder ao problema de pesquisa e testar as hipóteses propostas. Dada a natureza do problema apresentado, optou-se por uma abordagem qualitativa, que possibilita uma análise aprofundada e subjetiva dos dados obtidos a partir da literatura existente sobre o tema. Este método se mostra adequado para explorar questões complexas relacionadas ao aumento do uso de ansiolíticos no contexto pós-pandemia, considerando os múltiplos fatores que influenciam essa prática.

Neste contexto, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. O caráter exploratório permite mapear o conhecimento atual sobre os transtornos mentais e o uso de medicamentos, enquanto a abordagem descritiva busca detalhar as nuances e diferentes perspectivas presentes nos estudos selecionados. Dessa forma, a revisão bibliográfica realizada foi abrangente e direcionada, utilizando plataformas renomadas como Scielo, Portal de Periódicos CAPES e Medline, focando em publicações relevantes produzidas entre 2020 e 2024. A escolha desse período se justifica pela necessidade de captar as publicações mais recentes, que refletem as mudanças e impactos da pandemia de COVID-19.

Os textos selecionados foram disponibilizados integralmente na internet e publicados em língua portuguesa, garantindo o acesso e a compreensão completa do conteúdo. O processo de seleção incluiu a análise dos títulos, resumos e palavras-chave, seguidos pela leitura integral dos artigos que atendiam aos critérios estabelecidos.

Os procedimentos adotados na análise dos dados incluíram a identificação e síntese de conceitos, definições e posicionamentos relevantes para o tema em questão. A análise foi conduzida com o objetivo de destacar as opiniões e conclusões dos autores dos materiais selecionados, visando à construção de um panorama abrangente e crítico sobre os transtornos mentais e o uso de ansiolíticos no período pós-pandêmico. Além disso, buscou-se compreender as implicações do aumento no uso desses medicamentos para a saúde pública, oferecendo subsídios para futuras políticas de saúde e estratégias de intervenção.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica indicam um aumento significativo no uso de ansiolíticos durante e após a pandemia de COVID-19. Diversos estudos relatam que o isolamento social, a incerteza quanto ao futuro, e o medo do contágio foram fatores determinantes para o crescimento no consumo de medicamentos psicotrópicos, em especial os benzodiazepínicos (BRITO; ABREU, 2021; PEREIRA et al., 2020).

Essas mudanças no comportamento da população revelam o impacto profundo que o contexto pandêmico teve sobre a saúde mental, levando a um aumento na busca por soluções farmacológicas como meio de aliviar o sofrimento psíquico exacerbado pelas condições de isolamento.

Um estudo conduzido por Schmitt et al. (2020) mostrou que o isolamento social imposto pela pandemia resultou em um aumento de 28% no uso de ansiolíticos em comparação ao período pré-pandemia. Esses dados sugerem que as medidas de distanciamento social, embora necessárias para conter a propagação do vírus, tiveram um efeito colateral considerável sobre a saúde mental, manifestado pelo maior consumo de medicamentos que promovem alívio temporário da ansiedade e outros sintomas relacionados. Esse crescimento expressivo no uso de ansiolíticos reflete a necessidade emergencial de respostas rápidas para lidar com o sofrimento psicológico que, de outra forma, poderia ter evoluído para condições mais graves.

De forma similar, a pesquisa de Barros et al. (2020) revelou que mais de 52% dos entrevistados relataram aumento dos níveis de ansiedade, sendo que uma parcela significativa recorreu ao uso de medicamentos para o alívio dos sintomas.

Este dado evidencia uma demanda crescente por intervenções farmacológicas em resposta à intensificação do sofrimento psicológico durante a pandemia, ressaltando a fragilidade das estratégias de enfrentamento não farmacológicas diante de um evento tão estressante. A alta prevalência de ansiedade observada nesse período pode ter contribuído para uma mudança no padrão de prescrição médica, com uma inclinação maior para a recomendação de ansiolíticos como forma de gestão rápida dos sintomas.

Além disso, estudos específicos sobre o consumo de Alprazolam, um dos benzodiazepínicos mais prescritos, indicam um crescimento de 35% nas vendas durante o ano de 2020, em comparação ao ano anterior (Cavalcanti, Ramos e Leão, 2023). Estes dados reforçam a hipótese de que o isolamento social e as mudanças drásticas na rotina influenciaram diretamente o aumento do consumo de ansiolíticos. Alprazolam, conhecido por seu efeito rápido e potente, tornou-se uma opção comum entre os pacientes que buscavam alívio imediato para a ansiedade severa induzida pela pandemia. Este medicamento, amplamente prescrito devido à sua eficácia em reduzir rapidamente os sintomas de ansiedade, também levanta preocupações quanto ao seu potencial para o desenvolvimento de dependência, especialmente em uso prolongado.

Outro estudo revisado indicou que, além do aumento no consumo de ansiolíticos, houve também um crescimento considerável na prescrição de antidepressivos, particularmente em casos onde a ansiedade estava associada a sintomas depressivos. Essa coocorrência de transtornos mentais durante a pandemia pode ter impulsionado a prescrição combinada de ansiolíticos e antidepressivos, um fenômeno que merece atenção devido ao risco de interações medicamentosas e efeitos adversos (NASCIMENTO, 2021). Essa tendência de prescrição combinada destaca a complexidade do tratamento de transtornos mentais durante a pandemia, onde a sobreposição de sintomas exigiu abordagens terapêuticas mais abrangentes.

Os dados também revelam que o aumento no consumo de ansiolíticos foi mais pronunciado em determinadas faixas etárias e grupos sociais. Por exemplo, idosos e pessoas com condições de saúde preexistentes foram identificados como os maiores consumidores desses medicamentos, possivelmente devido ao maior grau de vulnerabilidade ao estresse pandêmico e à necessidade de controle mais rigoroso dos sintomas de ansiedade (FETER et al., 2021).

Esses resultados apontam para a necessidade de políticas de saúde pública que considerem as particularidades desses grupos na formulação de estratégias de intervenção. O fato de que esses grupos são mais propensos ao uso de ansiolíticos sugere uma vulnerabilidade acentuada, que exige uma resposta específica em termos de apoio psicológico e social.

Adicionalmente, pesquisas conduzidas em diferentes regiões do Brasil indicam que o aumento no uso de ansiolíticos não foi homogêneo, variando conforme fatores como disponibilidade de serviços de saúde, acesso a medicamentos e orientação médica. Em regiões com maior acesso a cuidados médicos, o uso de ansiolíticos foi mais elevado, sugerindo que a presença de infraestrutura de saúde robusta pode facilitar o uso desses medicamentos, mas também levanta preocupações sobre o uso excessivo (MEIRA et al., 2021). A disparidade regional no consumo de ansiolíticos evidencia as desigualdades no acesso à saúde mental e sugere que as políticas de prescrição e uso de medicamentos precisam ser ajustadas de acordo com as realidades locais.

Um aspecto importante identificado na revisão foi a diferença no impacto da pandemia sobre o consumo de ansiolíticos entre as populações urbanas e rurais. Nas áreas urbanas, onde o ritmo de vida é mais acelerado e as pressões sociais e econômicas são mais intensas, o aumento no uso de ansiolíticos foi mais acentuado. Isso pode ser atribuído ao maior nível de estresse e à maior disponibilidade de serviços médicos nas cidades, que facilitam o acesso a esses medicamentos. Em contrapartida, nas áreas rurais, embora o aumento também tenha sido significativo, ele foi relativamente menor, possivelmente devido a fatores como menor densidade populacional e menor acesso a serviços de saúde especializados (SILVA et al., 2021).

Além disso, a revisão dos dados revelou uma diferença significativa na maneira como homens e mulheres responderam ao estresse pandêmico em termos de consumo de ansiolíticos. Estudos sugerem que as mulheres, historicamente mais propensas a buscar ajuda médica para questões de saúde mental, foram as que mais aumentaram o uso de ansiolíticos durante a pandemia. Este fato reflete uma maior sensibilidade feminina às mudanças no ambiente social e à carga adicional de responsabilidades durante a pandemia, como o cuidado com a família e o lar, que pode ter exacerbado os níveis de estresse e ansiedade (GOMES et al., 2021).

Por outro lado, os homens, embora também tenham aumentado o uso de ansiolíticos, o fizeram em uma proporção menor, o que pode ser parcialmente explicado por uma menor tendência a buscar ajuda médica para questões de saúde mental. Essa diferença de gênero no consumo de ansiolíticos destaca a importância de considerar as variáveis sociodemográficas na formulação de políticas de saúde mental, garantindo que as intervenções sejam adequadas às necessidades específicas de cada grupo (BERTOLAZI et al., 2021).

A revisão também evidenciou o papel crucial dos profissionais de saúde na orientação e no controle do uso de ansiolíticos. Durante a pandemia, muitos profissionais relataram um aumento na demanda por esses medicamentos, mas também expressaram preocupação com o potencial de dependência e com os desafios de gerenciar a retirada dos pacientes desses medicamentos após o fim da pandemia. Esse cenário destaca a importância de uma abordagem equilibrada, que leve em consideração tanto a necessidade imediata de alívio dos sintomas quanto as implicações de longo prazo do uso contínuo de ansiolíticos (SILVEIRA et al., 2022).

Finalmente, os dados também indicam que o uso de ansiolíticos pode ter sido exacerbado pela ampla disponibilidade de informações (e desinformações) sobre medicamentos durante a pandemia. O acesso facilitado a informações por meio da internet e das redes sociais, muitas vezes sem a devida orientação médica, pode ter contribuído para o aumento no consumo de ansiolíticos, especialmente entre os indivíduos que buscaram automedicação como uma solução rápida para os sintomas de ansiedade (NASCIMENTO et al., 2021). Este fenômeno sublinha a necessidade de uma comunicação mais eficaz e responsável por parte dos profissionais de saúde e das autoridades, para garantir que o público receba informações corretas e seguras sobre o uso de medicamentos.

5 DISCUSSÃO

5.1 ISOLAMENTO SOCIAL E USO DE MEDICAMENTOS ANSIOLÍTICOS

Os resultados desta revisão corroboram a hipótese inicial de que o isolamento social amplificado pelas condições impostas pela pandemia de COVID-19 contribuiu significativamente para o aumento do uso de ansiolíticos. O isolamento prolongado, a falta de interação social e a incerteza quanto ao futuro parecem ter desempenhado papéis cruciais na intensificação da ansiedade e, consequentemente, na demanda por intervenções farmacológicas. Esse aumento no uso de ansiolíticos pode ser visto como uma resposta imediata à crise, mas levanta preocupações sobre as implicações a longo prazo para a saúde pública.

A dependência desses medicamentos, especialmente os benzodiazepínicos, levanta sérias preocupações de saúde pública, uma vez que seu uso prolongado pode levar a dependência e a uma série de efeitos adversos, incluindo a deterioração da saúde mental (SCHMIDT et al., 2020). A literatura revisada sugere que, embora os ansiolíticos possam oferecer alívio a curto prazo, seu uso prolongado sem supervisão adequada pode agravar os problemas de saúde mental, criando um ciclo vicioso de dependência e agravamento dos sintomas.

A análise dos estudos revisados também sugere que o crescimento no uso de ansiolíticos não pode ser atribuído exclusivamente ao isolamento social. Outros fatores, como a predisposição individual, o acesso aos serviços de saúde e a disseminação de informações sobre o uso de medicamentos, desempenharam um papel crucial nesse aumento (IONES et al., 2021). Isso reflete a complexidade do problema e a necessidade de abordagens multidisciplinares para o tratamento dos transtornos de ansiedade. A pandemia expôs a fragilidade dos sistemas de saúde mental, onde a falta de alternativas eficazes de suporte psicológico fez com que muitos indivíduos recorressem aos medicamentos como primeira linha de defesa.

Outro ponto de destaque é a relação entre o aumento do consumo de ansiolíticos e as políticas de saúde pública adotadas durante a pandemia. A flexibilização temporária das normas de prescrição de medicamentos controlados, por exemplo, pode ter facilitado o acesso a esses fármacos, contribuindo para o aumento de seu consumo (CAVALCANTI et al., 2023). Essas mudanças regulatórias, embora tenham sido implementadas para reduzir o impacto da pandemia sobre o acesso a medicamentos, podem ter tido o efeito colateral de aumentar o risco de uso indiscriminado e prolongado de ansiolíticos.

A regionalização do aumento no uso de ansiolíticos também merece atenção. Estudos mostram que, em regiões mais desenvolvidas, com melhor acesso a cuidados médicos, o consumo desses medicamentos foi mais elevado. Isso sugere que a disponibilidade de serviços de saúde desempenha um papel importante na determinação do comportamento de consumo de medicamentos, mas também alerta para o potencial de sobreprescrição em áreas onde o acesso aos cuidados é facilitado (MEIRA et al., 2021).

Além disso, a pandemia de COVID-19 serviu como um catalisador para mudanças significativas nas práticas médicas, especialmente no que diz respeito à saúde mental. A necessidade urgente de intervenções rápidas levou muitos profissionais de saúde a recorrerem a prescrições de medicamentos como uma solução imediata para os sintomas de ansiedade exacerbados pela pandemia. No entanto, essa prática também destacou a falta de preparação do sistema de saúde para lidar com um aumento tão repentino na demanda por suporte psicológico e psiquiátrico.

Outro ponto de destaque é a relação entre o aumento do consumo de ansiolíticos e as políticas de saúde pública adotadas durante a pandemia. A flexibilização temporária das normas de prescrição de medicamentos controlados, por exemplo, pode ter facilitado o acesso a esses fármacos, contribuindo para o aumento de seu consumo (CAVALCANTI et al., 2023). Essas mudanças regulatórias, embora tenham sido implementadas para reduzir o impacto da pandemia sobre o acesso a medicamentos, podem ter tido o efeito colateral de aumentar o risco de uso indiscriminado e prolongado de ansiolíticos.

A regionalização do aumento no uso de ansiolíticos também merece atenção. Estudos mostram que, em regiões mais desenvolvidas, com melhor acesso a cuidados médicos, o consumo desses medicamentos foi mais elevado. Isso sugere que a disponibilidade de serviços de saúde desempenha um papel importante na determinação do comportamento de consumo de medicamentos, mas também alerta para o potencial de sobreprescrição em áreas onde o acesso aos cuidados é facilitado (MEIRA et al., 2021).

Além disso, a pandemia de COVID-19 serviu como um catalisador para mudanças significativas nas práticas médicas, especialmente no que diz respeito à saúde mental. A necessidade urgente de intervenções rápidas levou muitos profissionais de saúde a recorrerem a prescrições de medicamentos como uma solução imediata para os sintomas de ansiedade exacerbados pela pandemia. No entanto, essa prática também destacou a falta de preparação do sistema de saúde para lidar com um aumento tão repentino na demanda por suporte psicológico e psiquiátrico.

A crise sanitária provocada pela COVID-19 desencadeou uma série de consequências adversas na vida cotidiana, desde a perda de pessoas queridas até o aumento do desemprego, além da implementação de protocolos de saúde como o distanciamento físico e o uso obrigatório de máscaras. Essas alterações abruptas na rotina diária tiveram um impacto considerável na saúde mental e nas atitudes dos indivíduos, levando muitos a buscar alívio e estabilidade emocional por meio de medicamentos psicotrópicos, como os antidepressivos e ansiolíticos.

Estudos recentes buscam explorar os efeitos desses fármacos no bem-estar dos indivíduos durante este período desafiador, e alguns resultados preliminares já foram divulgados. De acordo com um estudo transversal realizado por Melo et al. (2022) em plataformas de redes sociais, envolvendo 349 participantes com idades entre 18 e 35 anos, constatou-se que 20,3% dos participantes recorreram ao uso de antidepressivos e/ou ansiolíticos durante a pandemia. Neste grupo, o clonazepam emergiu como o ansiolítico mais prevalente, enquanto a fluoxetina foi identificada como o antidepressivo mais frequente. Esse dado exemplifica como a ansiedade e a depressão, exacerbadas pela pandemia, levaram a um aumento substancial na prescrição e consumo desses medicamentos, refletindo a gravidade da crise de saúde mental desencadeada.

A pesquisa conduzida por Alves (2022) ressalta que períodos de estresse agem como catalisadores ou intensificadores de distúrbios psíquicos, levando com frequência ao consumo excessivo de substâncias como álcool, tabaco, medicamentos e drogas ilícitas. A necessidade de abordar o uso e abuso desses medicamentos durante a pandemia se torna ainda mais premente diante das numerosas perdas vivenciadas nos últimos anos, destacando-se também os fatores determinantes para o crescimento da medicalização e da utilização de psicofármacos. Isso corrobora com a necessidade de um controle mais rígido e monitoramento constante do uso de medicamentos, especialmente em contextos de crise, para evitar o desenvolvimento de dependência e outros efeitos adversos.

Ribeiro et al. (2020) apontam que os transtornos psicológicos emergem como uma constante no cenário pandêmico, enquanto Carvalho (2021) observa uma escalada no consumo de ansiolíticos e antidepressivos. Os estudos mencionados evidenciam a prolongação de episódios de ansiedade, depressão e a elevação das taxas de suicídio, sublinhando a urgência de atenção e intervenção nesse contexto. Estes achados indicam que a pandemia não apenas exacerbou problemas de saúde mental preexistentes, mas também pode ter desencadeado novas ondas de transtornos psicológicos, muitas vezes tratados de forma inadequada com medicamentos psicotrópicos.

Vasconcelos et al. (2009) destacam a ascensão de plataformas online dedicadas ao autodiagnóstico, decorrente do avanço tecnológico. Eles observam que os indivíduos, cada vez

sublinhando a urgência de atenção e intervenção nesse contexto. Estes achados indicam que a pandemia não apenas exacerbou problemas de saúde mental preexistentes, mas também pode ter desencadeado novas ondas de transtornos psicológicos, muitas vezes tratados de forma inadequada com medicamentos psicotrópicos.

Vasconcelos et al. (2009) destacam a ascensão de plataformas online dedicadas ao autodiagnóstico, decorrente do avanço tecnológico. Eles observam que os indivíduos, cada vez mais isolados, recorrem à internet em busca de esclarecimentos sobre seu estado de saúde. Esse comportamento pode conduzir as pessoas a um labirinto de recomendações, muitas vezes infundadas ou exageradas. Essa tendência para o autodiagnóstico e automedicação durante a pandemia é particularmente preocupante, pois pode levar ao uso inadequado de ansiolíticos e outros psicofármacos, exacerbando os riscos associados a esses medicamentos.

Melo et al. (2022) introduzem o conceito de "infodemia", definido como a proliferação de informações, frequentemente imprecisas, em resposta a crises como a pandemia. Eles argumentam que essa enxurrada de dados pode incentivar tanto uma reação coletiva quanto individual ao autodiagnóstico, levando ao consumo de medicamentos sem embasamento médico ou científico. É importante destacar a observação de Domingos et al. (2017), que no Brasil, uma enxurrada de informações, medo e incertezas impulsionou uma busca desenfreada por medicamentos nas farmácias. Esse fenômeno sublinha a necessidade de uma comunicação mais eficaz e responsável por parte dos profissionais de saúde e das autoridades, para garantir que o público receba informações corretas e seguras sobre o uso de medicamentos.

Por fim, a discussão dos resultados aponta para a necessidade urgente de estratégias integradas que combinem o uso racional de medicamentos com intervenções psicossociais e suporte psicológico. A criação de programas de acompanhamento e reeducação para o uso de ansiolíticos é essencial para mitigar os riscos associados ao seu uso indiscriminado, especialmente em períodos de crise. ^{Abrie Fortes} Jemila trouxe à tona a necessidade de políticas públicas mais robustas para a saúde mental, que considerem não apenas o tratamento farmacológico, mas também o suporte contínuo, para prevenir o desenvolvimento de dependência e outros problemas relacionados ao uso prolongado de medicamentos psicotrópicos.

Além disso, a literatura revisada sugere que intervenções preventivas, como o fortalecimento de redes de apoio social e o aumento da disponibilidade de serviços de saúde mental, podem ser eficazes na redução da necessidade de uso de ansiolíticos. Essas intervenções, se implementadas de forma abrangente e coordenada, podem ajudar a reduzir o impacto negativo da pandemia sobre a saúde mental e minimizar o risco de uso excessivo de medicamentos. O desenvolvimento de programas de saúde mental mais acessíveis e inclusivos deve ser uma prioridade nas políticas públicas pós-pandemia.

A discussão também destaca a importância de se considerar o contexto socioeconômico na análise do aumento no uso de ansiolíticos. Em muitos casos, o estresse financeiro e a incerteza econômica exacerbados pela pandemia contribuíram para o aumento dos níveis de ansiedade, levando a um maior consumo de medicamentos. Isso sugere que políticas de suporte econômico e segurança financeira também podem desempenhar um papel crucial na mitigação dos efeitos da pandemia sobre a saúde mental.

Finalmente, a necessidade de mais pesquisas longitudinais para monitorar o uso de ansiolíticos no período pós-pandêmico é evidente. Essas pesquisas devem focar não apenas nos padrões de consumo, mas também nos resultados a longo prazo para a saúde mental, avaliando a eficácia de diferentes abordagens de tratamento e o impacto das políticas públicas implementadas durante a pandemia.

6 CONCLUSÃO

pacto significativo que a pandemia de COVID-19 teve sobre o uso de ansiolíticos, evidenciando um aumento expressivo no consumo desses

incerteza econômica exacerbados pela pandemia contribuíram para o aumento dos níveis de ansiedade, levando a um maior consumo de medicamentos. Isso sugere que políticas de suporte econômico e segurança financeira também podem desempenhar um papel crucial na mitigação dos efeitos da pandemia sobre a saúde mental.

Finalmente, a necessidade de mais pesquisas longitudinais para monitorar o uso de ansiolíticos no período pós-pandêmico é evidente. Essas pesquisas devem focar não apenas nos padrões de consumo, mas também nos resultados a longo prazo para a saúde mental, avaliando a eficácia de diferentes abordagens de tratamento e o impacto das políticas públicas implementadas durante a pandemia.

6 CONCLUSÃO

Este estudo destacou o impacto significativo que a pandemia de COVID-19 teve sobre o uso de ansiolíticos, evidenciando um aumento expressivo no consumo desses medicamentos em resposta ao isolamento social, à incerteza quanto ao futuro e ao medo do contágio. A revisão da literatura mostrou que o uso de ansiolíticos, especialmente benzodiazepínicos como o Alprazolam, aumentou consideravelmente durante a pandemia, revelando uma dependência crescente dessas intervenções farmacológicas para o manejo dos sintomas de ansiedade.

Os resultados indicam que, embora os ansiolíticos ofereçam alívio a curto prazo, seu uso prolongado sem a devida supervisão pode levar a consequências adversas, como a dependência e a deterioração da saúde mental. A pandemia expôs as fragilidades dos sistemas de saúde mental, onde a falta de suporte psicológico eficaz levou muitos indivíduos a recorrerem aos medicamentos como a principal forma de enfrentamento.

Além disso, o estudo ressaltou a importância de considerar fatores como a predisposição individual, o acesso aos serviços de saúde e as políticas públicas que facilitaram o acesso a esses medicamentos. A regionalização do aumento no consumo de ansiolíticos, bem como as diferenças observadas entre grupos sociodemográficos, apontam para a necessidade de políticas de saúde pública que levem em conta essas variáveis na formulação de estratégias de intervenção.

A crise também revelou a necessidade urgente de políticas públicas mais robustas e integradas que combinem o uso racional de medicamentos com intervenções psicossociais e suporte psicológico. O fortalecimento de redes de apoio social, o aumento da disponibilidade de serviços de saúde mental e a implementação de programas de acompanhamento e reeducação para o uso de ansiolíticos são essenciais para mitigar os riscos associados ao uso indiscriminado desses medicamentos.

Em última análise, a pandemia de COVID-19 serviu como um catalisador para mudanças na forma como a saúde mental é abordada, evidenciando a necessidade de uma resposta multifacetada que vá além do simples tratamento farmacológico. Para o futuro, é essencial que mais pesquisas longitudinais sejam conduzidas para monitorar os efeitos a longo prazo do uso de ansiolíticos e para avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas durante e após a pandemia. Estas pesquisas poderão fornecer dados valiosos para a criação de estratégias de saúde mental mais eficazes e sustentáveis, que protejam a população de futuras crises.

Links por Ocorrência (Internet)

DOC WEB Relatório DOCWEB DOCKWEB.COM Ajuda